

**- Observatório de Política Externa Brasileira -  
Nº 06  
05/05/04 - 21/05/04**

**Apresentação:**

O Observatório de Política Externa Brasileira é um projeto de informação semanal da Graduação em Relações Internacionais, e um dos trabalhos executados pelo Grupo de Estudos de Defesa e Segurança Internacional (GEDES), do Centro De Estudos Latino-americanos (CELA) da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, (UNESP), *campus* de Franca.

Trata-se de uma resenha a respeito das notícias que têm por tema central a política externa brasileira e que foram veiculadas nos periódicos: *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo* e *O Globo*.

**O desafio brasileiro será a redemocratização do Haiti**

Observadores e assessores militares brasileiros das três forças têm participado de praticamente todas as missões de paz recentes da ONU. Hoje existem militares brasileiros em Chipre (junto ao batalhão de infantaria argentino), na Costa do Marfim, em Guiné-Bissau e na missão de remoção de minas na Nicarágua, em Honduras, na Guatemala e na Costa Rica. O Brasil vai comandar e ter forte presença na Missão das Nações Unidas de estabilização no Haiti, com um contingente recorde de 1.200 homens. No dia 15 de maio o chanceler Celso Amorim encontrou-se com o secretário de Estado americano, Collin Powell, para discutir a atuação do Brasil no Haiti, além de assuntos como o cenário iraquiano, os demais conflitos no Oriente Médio e a situação política na América do Sul. Em relação ao Haiti, Amorim tinha a intenção de insistir na necessidade da comunidade internacional se envolver na reconstrução deste país. O Senado Federal, na noite do dia 19/05, confirmando a votação na Câmara dos Deputados, aprovou o envio das tropas brasileiras par o Haiti. (O Estado de S. Paulo – Internacional – 15/05/04; Folha de S. Paulo - Brasil – 16/05/04; Folha de S. Paulo – Mundo – 16/05/04; Folha de S. Paulo – Mundo – 20/05/04; O Globo – O Mundo – 20/05/04).

**Otimismo nas negociações agrícolas da OMC**

Foi encerrado no dia 14/05 um encontro de negociações em Paris sobre temas agrícolas, no qual se vislumbrou a possibilidade de fechar um acordo básico neste setor até o fim de julho. O chanceler do Brasil, Celso Amorim, em nome do G20 disse ocorrer um momento propício para negociações e formulação de um acordo,

e constatou progressos no setor agrícola e também quanto aos subsídios à exportação. Entretanto, de concreto, a reunião só produziu a promessa de novas propostas e boa vontade. O G-20 se comprometeu a apresentar até 02 de junho uma proposta sobre redução de tarifas agrícolas tomando em consideração os pontos levantados pela União Européia e pelos Estados Unidos, uma vez que aquele bloco havia recusado as propostas formuladas por europeus e americanos. (O Estado de S. Paulo – Economia – 15/05/04; O Globo – Economia – 15/05/04)

### **Lula abrirá caminhos comerciais na China**

As relações entre Brasil e China intensificam-se, principalmente na área de exportações, colocando este país em terceiro lugar no destino dos produtos nacionais – ficando atrás somente dos Estados Unidos e da Argentina. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse nesta segunda-feira que sua ida à China objetiva aumentar a relação comercial com aquele país, parcerias e novos investimentos entre empresas brasileiras e chinesas e atrair o país asiático para o grupo das nações em desenvolvimento, formado pelo Brasil, África do Sul e Índia. A comitiva que acompanhará o presidente Lula será composta de sete ministros e cinco governadores, além de 330 empresários que confirmaram sua presença. A comitiva só fará contatos iniciais com os chineses, à exceção de um contrato na área petroleira. Acordos quanto à cooperação em energia alternativa serão celebrados entre ambos os países. Um acordo na área farmacêutica prevê um intercâmbio de medicamentos entre eles. Ademais, o Itamaraty já anunciou nove contratos entre empresas privadas que serão assinados durante a visita oficial. O presidente estará na China de 23 a 27 de maio. Da China, segue para Guadalajara, no México, onde participa da Cúpula América Latina e Caribe - União Européia. (Folha de S. Paulo – Brasil – 16/05/04; Folha de S. Paulo – Brasil – 17/05/04; Folha de S. Paulo – Brasil – 20/05/04; Folha de S. Paulo – Brasil – 19/05/04; O Estado de S. Paulo – Nacional – 17/05/04; O Estado de S. Paulo – Economia – 20/05/04; O Globo – O País – 21/05/04).

### **Brasil amplia oferta de bens para livre comércio com a União Européia**

O governo brasileiro está disposto a aumentar em cerca de 315 itens a lista de bens para livre comércio com a União Européia. Essa proposta foi encaminhada no dia 18/05 aos outros países do Mercosul, em reunião em Buenos Aires, para que uma posição final do bloco seja apresentada à União Européia. A União Européia deseja obter do Brasil o direito para que os países europeus possam participar de todas as licitações governamentais com os mesmos direitos das empresas brasileiras. Neste ponto, no entanto, o governo brasileiro não está disposto a ceder. A proposta brasileira passará, ainda, pelo crivo dos outros países integrantes do bloco e, portanto, pode ser alterada. (Folha de S. Paulo – Dinheiro – 17/05/04).

### **Documento europeu sobre a América Latina é criticado**

O Brasil, juntamente com outros países da América Latina e Caribe fizeram críticas quanto a documento da Comissão Europeia que faz duras críticas à situação social da América Latina, começando por citar conhecidos números sobre a pobreza na região (227 milhões de pobres ou 44,4% da população). Os negociadores do Sul não negaram o problema, mas questionaram a linguagem utilizada, classificada como “muito dura”. Há ainda divergências quanto ao multilateralismo, o segundo ponto-chave do documento: as duas partes estão de acordo em pôr toda a ênfase no papel que as Nações Unidas devem desempenhar em qualquer situação global, mas há divergências sobre a linguagem a empregar no capítulo que trata da reforma da instituição, pois o Brasil, candidato assumido a um lugar no Conselho de Segurança, considerou pouco enfática a linguagem a esse respeito. O documento de Guadalajara fará menção também à expectativa de que o acordo comercial entre o Mercosul e a União Europeia, que está sendo finalizado, possa ser assinado até outubro. (Folha de S. Paulo – Dinheiro – 18/05/04).

### **Lula quer cúpula mundial contra a fome**

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva pretende organizar uma reunião de cúpula com líderes mundiais para debater o combate à fome e à pobreza no próximo mês de setembro em Nova York. A reunião seria realizada em paralelo à abertura do 59º período de sessões da Assembleia Geral das Nações Unidas. Trata-se de retomar o programa mundial lançado ao fim de janeiro deste mesmo ano pelos presidentes do Brasil, Chile, França, bem como o secretário Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), Koffi Annan. Além disso, tal iniciativa vincula-se ao papel de protagonista nas discussões internacionais referente a temas sociais, que o governo brasileiro desempenha desde o início de seu mandato. Um dos principais desafios do encontro entre os chefes de Estado será definir um meio eficaz de financiamento do fundo para alimentar esse projeto. Sobre essa questão, o presidente Lula defendeu a aplicação de um imposto sobre as transações internacionais, como as operações de venda de armamentos. (O Estado de S. Paulo – Nacional – 17/05/04).

### **Embaixador brasileiro adverte EUA sobre inspeção nuclear**

O embaixador do Brasil nos Estados Unidos, Roberto Abdenur, recomendou ao governo norte-americano e a especialistas em segurança e energia nuclear para não contrariarem o Brasil nas discussões sobre os critérios de inspeção de usina de Rezende, no estado do Rio de Janeiro. O diplomata historiou o programa



nuclear brasileiro, além de listar os compromissos assumidos pelo país em acordos internacionais e nos acordos com a Argentina, nos quais os dois países não apenas renunciaram ao desenvolvimento de armas nucleares como criaram uma agência binacional de verificação, que atua junto a Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA). Abdenur informou a Mohamend Albaradei, diretor da AIEA, que o Brasil colocaria sua produção de urânio levemente enriquecido sob um sistema multilateral de fornecimento de combustível nuclear apenas quando os Estados Unidos, país dispensado de submeter suas instalações e recursos nucleares ao regime de salvaguardas da AIEA, fizerem o mesmo. (O Estado de S. Paulo – Nacional – 17/05/04).

### **Brasil e sete outros países se reúnem para combater a AIDS**

Brasil, Índia, China, Tailândia, África do Sul, Rússia, Nigéria e Uganda formaram um grupo para atuar juntos no combate à AIDS e contrabalançar as posições dos países ricos nos debates sobre as estratégias contra a doença. No dia 17/05, em Genebra, ministros da Saúde de oito países emergentes se reuniram e acertaram que o bloco assinará uma declaração conjunta em Bangcoc, em julho deste ano. O grupo trocará informações sobre estratégias de tratamento da AIDS, debaterá cooperação técnica e atuará de forma coordenada em uma eventual quebra de patentes de um medicamento produzido por uma multilateral. Na avaliação de Humberto Costa, ministro brasileiro da Saúde, o bloco impediria de certa forma que os países em desenvolvimento que precisem quebrar patentes sofram pressões das empresas e dos governos ricos. O setor farmacêutico fez críticas ao grupo recém formado. Segundo o presidente da Federação Internacional de Indústrias Farmacêuticas, Harvey Bale, o projeto é vazio e os interesses heterogêneos de seus membros dificultariam a implementação de uma estratégia comum para combater a doença. Bale criticou especialmente o Brasil, porque o país tem insistido na quebra de patentes para a produção de medicamentos genéricos mais baratos para o tratamento da AIDS. (O Estado de S. Paulo – Nacional – 18/05/04; O Estado de S. Paulo – Geral – 19/05/04; O Estado de S. Paulo – Geral – 20/05/04).

### **Brasil, Argentina Venezuela e Bolívia planejam criar uma estatal continental**

Brasil, Argentina, Venezuela e Bolívia reuniram os maiores produtores de petróleo e gás da América do Sul com a intenção de unir as estatais de energia de cada um desses países para formar uma multinacional que possa influenciar o mercado mundial do setor. A idéia de criação da Petroamérica/Petrosul (possíveis nomes da multinacional a ser criada) será debatida em uma reunião de ministros da Energia do grupo na Ilha Margarida, na Venezuela, em poucas semanas. Há

indícios de que talvez o Equador também entre para o grupo. (O Estado de S. Paulo – Economia – 18/05/04).

### **Mercosul anunciará a formação de um bloco sul-americano**

Eduardo Duhalde, presidente da comissão de representação do Mercosul, declarou que o bloco vai anunciar a consolidação de um bloco sul-americano com 10 países da região até o final do ano. O futuro “bloco sul-americano”, inicialmente comercial, tem intenções de expandir a cooperação para outros setores. O anúncio deve ocorrer nos dias 08 e 09 de junho, quando o Brasil assumirá a presidência do bloco. Duhalde afirmou ser necessário a união dos países em blocos para enfrentar os desafios da arena internacional e destacou a facilidade de implementação desses projetos no âmbito dos países latino-americanos, por suas características em comum. O ex-presidente argentino, porém, não deixou de destacar as dificuldades à formação do futuro bloco, entre as quais se destacam os problemas internos que sobrecarregam os governos. (Folha de S. Paulo – Dinheiro – 20/05/04).

### **Embaixador viaja para os EUA para promover negociações da ALCA**

O embaixador Adhemar Bahatian, co-presidente das negociações da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), embarcou rumo aos EUA no dia 18/05, onde se reunirá com o seu colega, Peter Allgeier, co-presidente americano. A intenção da reunião é viabilizar a retomada das negociações da ALCA, paradas há seis meses. A questão da propriedade industrial se tornou o principal impasse. As regras de propriedade industrial que os Estados Unidos visam adotar no bloco hemisférico, para proteger seus produtos, causam preocupações no lado brasileiro, especialmente com relação aos farmacêuticos. Tais regras podem afetar as políticas públicas de saúde do Brasil, por exemplo, restringindo a produção de medicamentos genéricos. (O Globo – Economia – 20/05/04).

